

ISTÓRIA

HISTÓRIA Revista da FLUP

IV Série, Volume 1, 2011

Armando Luís de Carvalho Homem¹

Saber positivo e teorização nos primitivos currículos da licenciatura em *história* (1957 e 1968)

R E S U M O | A licenciatura em História existe desde 1957, por separação em relação à Filosofia, e estabelecendo-se então estruturas curriculares de 5 anos; a reforma subsequente (1968) mantém tal duração, mas distinguindo bacharelato (3.º ano) e licenciatura (5.º ano + acto de licenciatura [= defesa de uma dissertação expressamente elaborada para o efeito]). O presente texto efectua um breve percurso pelas estruturas curriculares previstas nessas duas reformas e pelo papel nelas detido pelas disciplinas teóricas e metodológicas, intentando ainda o relance possível pela docência respectiva nas três Faculdades de Letras.
PALAVRAS-CHAVE: Portugal, século XX, Historiografia, Universidade do Porto, Ensino da História

A B S T R A C T | The degree in History exists in Portuguese Universities since 1957, after separation from Philosophy. It was then established curricular structures of 5 years. The subsequent reform (1968) continued this long, but distinguished the baccalaureate (3 years) and undergraduate (5 years+ thesis). This paper makes a brief tour through the structures provided in this two curricular reforms and the role played by theoretical and methodological disciplines. It also tries the possible glimpse by the teaching of these subjects at the Universities of Coimbra, Lisbon and Porto.
KEYWORDS: Portugal, 20th century, Historiography, Porto University, The teaching of History

Em Outubro de 2007 completaram-se 50 anos sobre o Decreto-Lei que, reformando os currículos das então duas Faculdades de Letras, pela primeira vez autonomizou a licenciatura em *História*, separando-a da *Filosofia*, uma associação de saberes que vigorava desde 1930. Foram fautores desta reforma o ministro da Educação Francisco de Paula Leite Pinto (1902-2000), o respectivo subsecretário de Estado, Baltazar Rebelo de Souza (1921-2002), e o director-geral do Ensino Superior João Alexandre Ferreira de Almeida (?-1997)².

Apesar de defraudante das expectativas que a prolongada vigência do anterior cenário fora suscitando³, esta reforma foi-o de facto, talvez a um ponto só antes atingido pela legislação fundadora e reformadora das Faculdades em causa, entre 1911 e 1919⁴. Com efeito, e para

¹ U. Porto / Faculdade de Letras – Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais; investigador do Centro de Estudos de População, Economia e Sociedade (CEPESE). O presente texto constitui a comunicação apresentada ao *V Encontro Nacional de Estudantes de História* (V-eneh, Porto, FL/UP, 2010/03/14-15).

² Decreto 41.341, de 30 de Outubro (*Diário do Governo*, I sér. da mesma data). Para um enquadramento das reformas curriculares de 1957 e de 1968, cf. HOMEM, Armando Luís de Carvalho – «Idade (A) Média nas Universidades Portuguesas (1911-1987): Legislação, ensino, investigação», *Revista da Faculdade de Letras* [UP]. *História*, II sér., X (1993), pp. 351-61; «Nótula sobre as disciplinas teórico-metodológicas no âmbito dos currículos da licenciatura em *História*», in *Ensaios em homenagem a Joaquim Ferreira Gomes*, Coimbra, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, 1998, pp. 397-401; e «Invicta Clio», texto redigido em finais de 2000, como abertura para a página do Dep. de *História* da FL/UP na INTERNET (disponível em <http://www.letras.up.pt/dh/apresentacao.htm>); publ: *Revista da Faculdade de Letras* [UP]. *História*, III sér., 2 (2001), pp. 9-12.

³ MARQUES, A. H. de Oliveira, *Ensaios de Historiografia Portuguesa*, Lisboa, Palas, 1988, pp. 155-157.

⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira – Ob. cit. na n. anterior, pp. 133-151.

além de se aumentar e diversificar o elenco das disciplinas, tal reforma ampliou o plano de estudos de 4 para 5 anos e introduziu no 5º e derradeiro ano um *Seminário* com a explícita função de enquadrar a preparação do ulterior acto de licenciatura, reduzindo-se este último à defesa de uma dissertação expressamente elaborada. Por esta última via, e desenvolvendo tendências que se iam já fazendo sentir desde os alvares daqueles anos 50, um mínimo de investigação autêntica no seio dos estudantes da licenciatura; e Mestres como Manuel Lopes de Almeida (1900-1980), Torquato de Sousa Soares (1903-1988), Avelino de Jesus da Costa (1908-2000), Salvador Dias Arnaut (1913-1995) ou José Sebastião da Silva Dias (1916-1994) em Coimbra, ou Manuel Heleno (1894-1970), Virgínia Rau (1907-1973), José António Ferreira de Almeida (1913-1981), António Henrique de Oliveira Marques (1933-2007), Joaquim Veríssimo Serrão, Jorge Borges de Macedo (1921-1996), Eduardo Borges Nunes (1924-2008) ou Iria Gonçalves em Lisboa competentemente estreariam a por enquanto oficiosa situação de *orientador de tese*.

O currículo de 1957 previa portanto uma licenciatura em *História* com 5 anos de duração e um total de 22 disciplinas anuais (que incluíam 3 opções e a *Introdução à Filosofia*) e 5 semestrais. Procurando agrupar tais disciplinas por áreas – e excluindo aqui, naturalmente, as opções – teremos então: Pré-História e História da Antiguidade; História Medieval; História Moderna e Contemporânea (em conjunto); cronologicamente compósitas; o que então ainda se ia designando como «ciências auxiliares» (*Paleografia e Diplomática; Epigrafia; Numismática; Arqueologia*); e um esboço mínimo de teorização (*Introdução à Filosofia, Teoria da História*).

O conjunto que designei como Pré-História e História da Antiguidade até nem estava propriamente ‘mal servido’, contando com as disciplinas anuais de *Pré-História, História da Civilização Romana e História da Cultura Clássica*, e as semestrais de *História da Antiguidade Oriental, História da Civilização Grega, Epigrafia e Numismática* (estas últimas tinham normalmente um conteúdo exclusivamente antiquista, ou quase); e a este conjunto poderíamos ainda acrescentar a disciplina anual de *Arqueologia*, nas mais das vezes funcionando menos como uma iniciação aos métodos e técnicas na investigação arqueológica e mais como Arqueologia concreta do território português, de tempos pré-históricos à Alta Idade Média.

A História Medieval, do ponto de vista quantitativo, também se não apresentava propriamente mal, com as disciplinas anuais de *História da Idade Média, Cultura Medieval e História de Portugal I (História Medieval de Portugal a partir de 1968)*, de algum modo ainda complementadas pela *Paleografia*, pelos conteúdos medievais de algumas outras cadeiras cronologicamente compósitas (*Cultura Portuguesa, Expansão Portuguesa, Arte em Portugal...*) ou mesmo pelos capítulos iniciais de algumas disciplinas de História Moderna, que costumavam arrancar no século XV.

E, naturalmente, a época mais mal-servida era o somatório Moderna/Contemporânea (*História Moderna e Contemporânea, História de Portugal II* [mais tarde *História Moderna e Contemporânea de Portugal*] e *Cultura Moderna*), com programas a arrancar em Quatrocentos e com incidências especialmente longas em Quinhentos e em Seiscentos, raramente em Setecentos. Era o tempo em que em Coimbra o programa de *História de Portugal II* se iniciava em 1383 para terminar na Restauração; em Lisboa, e na mesma cadeira, versavam-se, em fim de programa, os tempos pombalinos, eventualmente a Guerra Peninsular. De *História Contemporânea*, portanto, nada ou quase. E apenas nos meados dos anos 60 alguns jovens assistentes em início de carreira (Luís António de Oliveira Ramos na FL/UP, 1965 ss.; João Lourenço Roque na FL/UC, 1970 ss.; e Cândido dos Santos também na FL/UP, 1970 ss.)

começaram a abordar temas de séc. XVIII final e do séc. XIX no 2.º semestre de *História Moderna e Contemporânea*, temas como a Revolução Americana e a Revolução Francesa, no quadro dos conceitos de «Revolução Ocidental», «Revolução Atlântica», que o francês Jacques Godechot (1907-1989) e o norte-americano Robert Roswell Palmer (1909-2002) haviam lançado nos anos 50⁵; temas ainda como a Revolução Industrial, o nascer da «Questão Social» e as soluções para a mesma propostas pelos socialismos utópico e científico.

É óbvio que, no meio de tudo isto, o espaço de disciplinas teóricas e metodológicas era restrito, limitado, a bem dizer, à *Teoria da História*. Só que a mudança da inserção desta disciplina no currículo de 1968 leva-me a versar antes de mais tal reforma, saída em tempo do ministro José Hermano Saraiva e do subsecretário de Estado Justino Mendes de Almeida (ambos vivos, por sinal)⁶. Este reajustamento curricular ficou conhecido como «reforma dos bacharelatos», já que os 5 anos dos currículos das Faculdades de Letras e de Ciências ficavam divididos em 2 ciclos:

O primeiro, de 3 anos, levava ao grau de bacharel, algo que existira em Oitocentos e que fora morrendo ao longo do segundo quartel de Novecentos; a sua reintrodução agora permitia lançar mais rapidamente no mercado de trabalho os candidatos à docência nos então Ensinos Liceal e Técnico e sobretudo no Ensino Preparatório, uma novidade desses anos, para a qual a falta de professores era grande, já que se pretendia a curto prazo levar este ciclo de estudos a todos os concelhos do País.

O 4.º e o 5.º anos e a ulterior tese continuavam a conduzir à licenciatura.

Para cumprir os objectivos em causa, a reforma de 1968 começou por reduzir um pouco o número de disciplinas: *Introdução à Filosofia* desapareceu e as opções passaram de três para duas; e, sobretudo, rearranjou-se completamente a distribuição das unidades curriculares: nos 3 anos bacharelantes eram concentradas as disciplinas ditas «informativas gerais», da Pré-História à História Contemporânea; nos 2 restantes concentravam-se as opções, as ditas «ciências auxiliares», a *História do Cristianismo*, o *Seminário* e sobretudo – para o que de momento nos interessa – a *Teoria da História*.

Ora a transferência de tal disciplina do 1.º para o 4.º ano diz já algo sobre uma ambiguidade de fundo, quer no quadro legal, quer no modo como foi ensinada entre 1957 e 1975: pretendia esta disciplina constituir uma Metodologia da História «avant-la-lettre»? ou uma mais densa reflexão sobre a Ontologia do acontecer histórico e sobre a Epistemologia da Historiografia? A colocação no 1.º ano pareceria coincidir com o primeiro termo da alternativa; a deslocação para o 4.º ano com o segundo.

E o que é que efectivamente se ensinou em tal disciplina? Nos arquivos das 3 FFLL existe uma fonte preciosa para a resposta, só que até agora muito esparsamente utilizada: os livros e cadernetas de registo de Sumários. Fernando Catroga, em trabalho de há 5 anos, utilizou proficientemente tais registos para analisar a docência nesta disciplina dos Mestres

⁵ Mais concretamente por ocasião do X^e *Congrès du Comité International des Sciences Historiques* (Roma, 1955). Cf. nomeadamente PALMER, R. R. – *Age (The) of the democratic revolution: a political history of Europe and America, 1760-1800*, 2 vols., Princeton, Princeton University Press, 1959-1964; e GODECHOT, Jacques – *Révolutions (Les) (1770-1799)*, reed., Paris, PUF, 1986.

⁶ Decreto 48.627, de 12 de Outubro (*Diário do Governo*, I sér., da mesma data).

Luís Ferrand de Almeida (1922-2006) e António de Oliveira⁷. E o seu exemplo bem mereceria ser seguido para outras Escolas, outros Mestres, outras cronologias.

Entre testemunhos bibliográficos, conhecimento directo de situações e o que possam dizer antigos estudantes, alinhemos os dados disponíveis:

Em Lisboa foi Virgínia Rau a inauguradora da regência; alunos seus desse tempo dizem-nos que a primeira «Dama de Ferro» da Historiografia Portuguesa achava que deveriam existir uma cadeira propedêutica no início do curso e uma cadeira propriamente de teoria do acontecer histórico no final do mesmo; como tal, ministrava um programa de teor metodológico acentuado. E Henri-I. Marrou e o seu clássico *De la Connaissance Historique*⁸ parece ter sido referencial de tomo.

Também em Lisboa, uma passageira regência de Joaquim Veríssimo Serrão plasmou-se no livro *História e Conhecimento Histórico*, de 1967⁹. É um volume não muito extenso, que em linguagem clara e acessível concilia reflexões gnoseológicas com alguns preceitos metodológicos.

Ainda em Lisboa, o mais longo magistério de Jorge Borges de Macedo parece ter corporizado um programa extenso e denso em torno de problemas do acontecer histórico, com uma especial incidência em autores como Dilthey¹⁰ e Simmel¹¹.

Em Coimbra foi o emblemático Mestre de *Filosofia* Sílvio Lima (1905-1993) o inaugurador da cadeira, que regeu de 1957 a 1964, ano em que se aposentou; nas aulas práticas coadjuvaram-no, sucessivamente, os já mencionados Luís Ferrand de Almeida e António de Oliveira (e este último regeria por alguns anos a partir de 1964). O tipo de formação de Sílvio Lima claramente configurou as aulas teóricas, enquanto que nas práticas os seus 2 mencionados colaboradores – ao tempo assistentes – corporizaram um programa intensivamente metodológico e com uma notável actualização bibliográfica; a título de exemplo, o clássico volume *L'Histoire et ses méthodes*, dir. Charles Samaran, de 1961¹², logo em 1961/62 incorpora a Bibliografia da disciplina.

Nesta casa, finalmente, o primeiro titular da disciplina foi Carlos Eduardo de Soveral (1921-2007), entre 1962 e 1968. Apesar do testemunho bibliográfico que nos ficou – o pequeno volume *História, Historiografia, Historiologia*, de 1963¹³ –, não se me torna fácil pronunciar-me sobre este Mestre que não conheci, de verbo inspirado e denso, com um vocabulário rebuscado e altamente criador de neologismos, e que,

⁷ CATROGA, Fernando – «Luís Ferrand de Almeida e António de Oliveira no ensino de Teoria da História», *Revista Portuguesa de História*, 36 / 2 (2002-2003), pp. 125-134. Sobre o primeiro destes Mestres cf. igualmente HOMEM, Armando Luís de Carvalho – «Luís Ferrand de Almeida (1922-2006): desaparece um Grande Mestre da Escola de Coimbra», *Revista da Faculdade de Letras* [UP]. *História*, III sér., 8 (2007), pp. 499-515.

⁸ MARROU, Henri-Irenée – *De la connaissance historique*, Paris, Seuil, 1954 (há trad. port., da responsabilidade de Ruy Belo).

⁹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História e conhecimento histórico*, Lisboa / São Paulo, Verbo, 1967.

¹⁰ MAXIME DILTHEY, Wilhelm – *Oeuvres*, 1. *Critique de la raison historique* [1883], trad. franc., reed., Paris, Cerf, 1992.

¹¹ MAXIME SIMMEL, Georg – *Forme (La) de l'histoire*, trad. franc., reed., Paris, Gallimard, 2004.

¹² SAMARAN, Charles (Dir.) – *Histoire (L') et ses méthodes*, Paris, Gallimard, 1961.

¹³ SOVERAL, C. E. – «História, Historiografia, Historiologia», sep. de *Stvdium Generale*, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, 1963 (col. «Amphitheatrum», n.º XIII).

numa Obra ensaística de alguma dimensão, não parece inserir-se em qualquer corrente da Historiografia do século XX português. De qualquer modo, o mencionado livro de 1963 mostra uma preocupação de fundo – até em termos vocabulares – com a distinção entre *História / realidade* e *História / conhecimento*. No universo de referenciais, Spengler, Toynbee e até Collingwood aparentam ser algo de já *datado*, emergindo em contrapartida Marrou e o já mencionado volume colectivo *L'Histoire et ses méthodes*, de que inclusivamente se cita o manifesto-programa de Georges Duby para a História das mentalidades¹⁴.

Mais equilibrado se apresentou o programa do seu sucessor, o professor de *Filosofia* João Pereira de Freitas, que regeu de 1968 a 1972 (e que depois se radicaria em Itália, onde se doutorou). Programa tripartido, entre uma História da Historiografia, da Antiguidade aos alvares do séc. XX; o referencial era uma obra de 2 autores argentinos (anos 60)¹⁵; uma Ontologia do acontecer histórico, com referenciais em Nikolai Hartmann¹⁶, em Carlos Baliñas¹⁷ e em Xavier Zubiri¹⁸; e uma derradeira secção, dedicada à Epistemologia e à Metodologia da Historiografia, com Marrou como obra-base.

Finalmente nesta Casa, de 1972 a 1975 a regência é assumida por Eugénio dos Santos, e na Bibliografia é o então bem recente Paul Veyne, *Comment on écrit l'Histoire*¹⁹ que faz a sua entrada *pela porta grande*.

Que poderei concluir ?

Parece-me evidente que as orgânicas curriculares de 1957 e de 1968 pretenderam continuar numa linha algo enciclopédica na formação dos escolares, o que era uma tradição curricular nas FFLP desde a legislação fundadora de 1911. A escassa ou nula abertura a outras Ciências Sociais manteve-se, e até uma cadeira de *Geografia Humana* que existia no antigo Curso de *Histórico-Filosóficas* desapareceu. E os equívocos de uma *Teoria da História* que ora se pretendeu propedêutica iniciante, ora reflexiva finalizante, e por vezes com uma cansativa componente historiográfica, da Grécia Antiga ao séc. XX, os equívocos, repito, são evidentes. E não será por acaso que as reformas curriculares de 1974 e de 1975 de imediato procuraram reforçar a componente propedêutica e interdisciplinar da licenciatura, com disciplinas, e nas várias Escolas, de *Introdução aos Estudos Históricos*, *Introdução à Sociologia*, *Introdução à Economia*, *Epistemologia das Ciências Sociais* ou *Matemática para as Ciências Humanas*, entre outras.

Só que a história curricular das nossas licenciaturas de 1974 a *ca.* 1981 seria já tema para outra conversa. Talvez – quem sabe ? – para o *VI Encontro Nacional de Estudantes de História...*

¹⁴ DUBY, Georges, «Histoire (L') des mentalités», pp. 937-966 da ob. cit. *supra*, n. 12.

¹⁵ CASSANI (Jorge Luis) e PÉREZ AMUCHÁSTEGUI (A. J.), *Del EPOS à la Historia Científica. Una visión de la Historiografía a través del Método*, 3.ª ed., Buenos Aires, Editorial Nova, 1970.

¹⁶ HARTMANN, N. – *Problema (II) del essere spirituale*, trad. it., Roma, 1933.

¹⁷ BALIÑAS, Carlos – *Acontecer (El) histórico*, Madrid, Bauer, 1965.

¹⁸ ZUBIRI, Xavier – *Naturaleza, Historia, Dios*, reed., Madrid, Alianza, 1974.

¹⁹ Paris, Seuil, 1971.

